

NORMA CULTA E NORMA-PADRÃO: DESFAZENDO OS SINÔNIMOS

Pollianny Nazaré de Moraes Guerra¹

Resumo:

Há no nosso meio um uso errôneo dos termos norma culta e norma-padrão como se fossem sinônimos. O presente artigo tem como objetivo estabelecer as diferenças entre as duas variedades, a fim de desfazer a sinonímia sob a qual ambas são colocadas. Tal esclarecimento nos auxilia no ensino do português, pois nos permite refletir criticamente sobre a norma-padrão brasileira.

Palavras-chave: norma culta; norma-padrão; uso; gramática.

Resumen:

Hay en nuestro medio un uso erróneo de los términos norma culta y norma-patrón como si fueran sinónimos. El presente artículo tiene el objetivo de establecer las diferencias entre las dos variedades, con el fin de deshacer la sinonimia bajo la cual ambas son colocadas. Tal esclarecimiento nos auxilia en la enseñanza de portugués, pues nos permite reflexionar críticamente sobre la norma-patrón brasileña.

Palabra-clave: norma culta; norma-patrón; uso; gramática.

¹ Graduanda do Curso de Letras da FAMINAS-BH

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O senso comum, como não poderia deixar de ser, nos revela muitos mitos acerca do português e de seu funcionamento. Um dos tantos mitos estabelecidos socialmente é a idéia de que o português é uma língua homogênea. A Lingüística, dentre outros esforços, já mostrou que pensar em uma língua como algo homogêneo é um grande equívoco. A respeito do mito em relação à homogeneidade do português, Bagno (2004, p.15) argumenta que

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ele fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação sócio-econômica, de seu grau de escolarização, etc.

O português, como todas as línguas, é heterogêneo. Cada grupo dentro de uma comunidade possui características próprias do seu falar. A essas diferentes modalidades de língua chamamos *variedades lingüísticas*². Por sua vez, a corrente da pedagogia da variação lingüística defende um ensino de português desprovido de qualquer preconceito em relação à variedade dialetal usada pelo aluno.

Porém, afirma-se, sobretudo nos documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que o objetivo das aulas de Português continua sendo ensinar português-padrão e que a reflexão sobre a gramática da língua³ deve permanecer, o que significa refletir sobre as estruturas da língua e os mecanismos que definem o seu funcionamento em situações reais de interação. Nesse contexto, insere-se a discussão sobre o desenvolvimento de habilidades e competências, dentre as quais está a escrita. Nessa atividade é fundamental que os alunos saibam, por exemplo, pontuação.

Nesse caso, português-padrão e gramática normativa andam juntos: ensina-se pontuação pautando-se na gramática, pois é necessário saber designar mecanismos lingüísticos tais como aposto, vocativo e outros elementos explicitados pela sintaxe tradicional. No momento do trabalho com os verbos - tão importantes não só na escrita, como

² Travaglia (2003, p.41-66) separa as variações lingüísticas em dois grupos: variações dialetais que seriam aquelas referentes às diferenças de uso ocasionadas pelas diferentes características de seus falantes (grau de escolaridade, classe social, naturalidade) e às variações de registro que são as diferenças de uso ocasionadas pelo grau de formalidade usada no uso da língua e que dependem das condições de produção e do contexto em que a situação acontece.

³ Aqui a expressão “gramática da língua” está em contraposição à gramática normativa que se constitui em um conjunto de enunciados que prescrevem como deve ser o “correto” uso da língua sem que para tanto sejam feitas análises dos verdadeiros usos lingüísticos. Travaglia (2003, p.24-37) explicita muitos outros tipos de gramática existentes, por exemplo: a gramática descritiva, a internalizada, a reflexiva, entre outras.

também na oralidade - o professor ensina que o verbo é conjugado em tempo, modo, número e pessoa e que isso não é aleatório, cada conjugação dependerá diretamente do que ele quer expressar e para quem se dirige o enunciado. Assim, nessas atividades com os verbos o professor estará trabalhando o português-padrão, segundo a nomenclatura da gramática. Entretanto, se um professor resolver levar a fundo todo o conteúdo de verbos explicitado pela gramática normativa e passar dias a obrigar o aluno a decorar como se conjugam os verbos nas segundas pessoas do singular (tu) e do plural (vós), ele não visando a língua conforme seu verdadeiro uso, pois podemos observar que tais estruturas não condizem mais com a nossa realidade lingüística. Ainda no uso dos verbos, a seguinte frase: “Te darei o livro amanhã”, segundo a gramática normativa, deveria ser: “Dar-te-ei o livro amanhã”. Como podemos passar semanas fazendo com que o aluno decore algo que ele nunca ouvirá?

O trabalho com a gramática é de grande importância no auxílio dos professores de português. Porém, para que o ensino de língua se constitua em algo produtivo, os professores deverão demonstrar duas capacidades: focar a gramática de forma reflexiva e não transmissiva e selecionar o que é relevante e necessário aos alunos. Os estudantes e profissionais de Letras nunca deixaram de apoiar o trabalho com a gramática, pois é através dela que ensinamos o português-padrão. Não se pode concordar, pois, com o ensino tradicionalista com características transmissivas sem nenhuma crítica em relação a essa norma existente na gramática e estabelecida como padrão. Mais importante do que saber as regras postuladas pela gramática normativa é saber analisá-las criticamente.

Apesar de toda a sua utilidade e importância não podemos esquecer que a gramática normativa não é elaborada através da observação de como a língua funciona de fato. Existem muitas de suas regras que não são usadas na variedade padrão utilizada pelos falantes mais instruídos. Mesmo em palestras, congressos e pronunciamentos proferidos num ambiente formal no qual se exige o português-padrão não ouvimos o uso do *tu*⁴, nem do *vós* e nem o emprego da *mesóclise*. O que poucos sabem é que existe uma explicação para o que chamamos até agora de diferenças entre gramática normativa e português-padrão. Na verdade, o que ocorre é uma diferença entre *norma culta* e *norma-padrão*.

Há um amplo uso dos termos norma culta e norma-padrão como sinônimos. Porém esses termos designam variedades lingüísticas diferentes. Como afirma Bagno (2002, p. 185),

⁴ Pelo menos, não no dialeto mineiro.

De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos lingüísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa.

O objetivo do presente artigo é estabelecer as diferenças entre as duas normas citadas, a fim de esclarecer as diferenças existentes entre ambas de modo a desfazer a ambigüidade que cerca os seus usos. Para tanto, faz-se a seguir um estudo separado de cada uma das duas normas.

2. A NORMA CULTA

Segundo Faraco (2002, p.39), a norma culta diz respeito à variedade utilizada pelas pessoas que têm mais proximidade com a modalidade escrita e, portanto, possuem uma fala mais próxima das regras de tal modalidade. No Brasil, considera-se como falante de norma culta apenas as pessoas que já se formaram no Ensino Superior (BAGNO, 2002, p.185; LUCCHESI, 2002, p.65). Por isso, seus falantes, em sua maioria, são pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade. A expressão “culta” no nome “norma culta” pode levar muitos a imaginarem que só os falantes de tal variedade são cultos, ou seja, possuem cultura e que os outros são incultos e ignorantes. Tal idéia é amplamente difundida pelo senso comum e deve ser desconstruída. Faraco (2002, p. 40) esclarece que o termo norma culta, como foi dito, designa a variedade utilizada pelas pessoas que possuem mais contato com a “cultura escrita” e, por isso, tal vocábulo é utilizado.

Com o intuito de descrever os usos reais da norma culta do país, surgiu em 1969 o Projeto NURC (Norma Urbana Culta). O lingüista Marcos Bagno (2004, p.52-55) também ressalta a importância desse projeto, que possibilitou um maior esclarecimento do uso real da língua. Segundo o autor, o projeto NURC foi realizado em cinco cidades brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Essas localidades foram escolhidas devido aos critérios estabelecidos no Projeto : escolher cidades apenas com mais de cem anos de fundação e mais de um milhão de habitantes. A metodologia do NURC se baseia na análise de gravações feitas em três etapas: uma entrevista com um informante e um documentador, outra com um informante e dois documentadores (ambas conversas sobre um tema proposto) e uma elocução formal. Nessa terceira etapa, gravou-se uma situação mais formal, por exemplo, uma palestra. Em seguida essas gravações foram analisadas, a fim de se

estabelecerem as regras do uso real da língua nesses contextos, por pessoas familiarizadas com a escrita.

Os objetivos de tal projeto são:

1. Dispor de material sistematicamente levantado que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico;
2. Ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade lingüística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças lingüísticas e culturais do país;
3. Superar o empirismo na aprendizagem e no ensino da língua-padrão pelo estabelecimento de uma norma culta real;
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados lingüísticos cientificamente estabelecidos;
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos lingüísticos inoperantes;
6. Corrigir distorções no esquema tradicional da educação, entravado por uma orientação acadêmica e beletística. (In: BAGNO, 2004. p.53)

Percebemos que os objetivos do Projeto NURC relatam bem a realidade que aqui se quer expressar: a importância de se ter consciência que o uso real da língua não condiz com o padrão estabelecido na gramática normativa. Padrão este que será explicitado a seguir.

3. A NORMA-PADRÃO

Segundo Faraco (2002, p.40), a norma-padrão seria aquela carregada de preconceitos em relação às demais variedades e que tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como errado. Estabelecido no séc. III a.C., na Grécia Antiga (BAGNO, 2004, p.15), esse objetivo culminou na elaboração da gramática tradicional.

O ato de padronizar a língua tinha o intuito de preservá-la das mudanças pelas quais o grego (e mais tarde outras línguas, como o Latim) estava passando ao longo do tempo e pelos lugares onde estava sendo utilizada. A escolha de qual seria a “melhor” e “mais correta” forma de usar a língua recaiu sobre os textos de escritores antigos. Logo, como afirma Bagno (2004, p. 16), o estabelecimento da norma-padrão foi feito sob dois equívocos: primeiro, a supervalorização da escrita em detrimento da fala, a qual representa o uso real da língua; e segundo, encarar as mudanças lingüísticas como deterioramento e corrupção da língua ao em vez de simples mudanças.

O estabelecimento da norma-padrão no Brasil não foi diferente. Também com o intuito de “neutralizar a variação e controlar a mudança” (FARACO, 2002, p.40), a norma-padrão brasileira surgiu no séc. XIX, partindo da necessidade que alguns membros letrados das altas camadas da sociedade viram, e vêem, em unificar a língua, tornando-a unitária e homogênea e combatendo as mudanças e as variações. Para isso, fizeram um caminho inverso ao esperado. No lugar de se conhecer como era utilizada a língua pelos falantes mais estudados – por serem esses os que mais têm contato com a língua escrita – e então se estabelecer o padrão – foi determinado que a norma seria criada a partir da língua utilizada em textos de escritores portugueses, ditando-se, assim, o idioma correto para uso dos brasileiros.

Nesse estabelecimento da norma-padrão brasileira, além dos dois equívocos já mencionados – tentativa de impedir a mudança e considerar apenas a escrita – soma-se mais um: o fato de ser considerada a escrita de Portugal. Essa não foi uma escolha apenas lingüística, foi uma escolha ideológica. Isso faria com que a elite letrada se sentisse mais próxima possível da sociedade européia. Usar uma variante do português de Portugal significaria se afastar da mestiçagem e da “pequenez” do Brasil. Quem concordasse com essa escolha, na verdade, estaria vendo a cultura portuguesa como superior à do nosso país e, em uma tentativa de se igualar a Portugal, estaria desejando como padrão lingüístico a variedade de língua usada naquele país. Dessa forma, podemos resumir da mesma forma que Bagno (2002):

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa atribuir qualquer valor ao que é autóctone, sempre visto como primitivo e incivilizado. Já Fontes denunciava em 1945 que “esse desprezo de nossa língua anda sempre irmanado ao descaso por tudo o que ela representa: a gente e a terra do Brasil” (BAGNO, 2002, p. 180)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, assim, que a norma-padrão é a norma da gramática e a norma culta é a variedade lingüística do uso real dos falantes com escolarização superior completa, ou seja, aqueles que têm mais contato com a escrita. Resumindo, como expressa Rodrigues (2002, p.13), a norma-padrão pode ser considerada o “padrão ideal” que se constitui no português que alguns escolheram arbitrariamente como “o melhor” que deve ser utilizado por quem realmente “preza o valor de sua língua”; enquanto a norma culta pode ser considerada o “padrão real”, ou seja, o padrão que realmente é utilizada pela sociedade.

Ao escolarizar as crianças, visamos formar cidadãos com participação ativa na sociedade. Para tal objetivo é essencial que o aluno domine a norma culta. Para isso, ensinamos a norma-padrão. O grande problema da norma brasileira é que *norma culta* e *norma-padrão* diferem em muitos pontos, o que impede que os aprendizes se apropriem de sua língua como instrumento de cidadania.

Sabemos bem da importância de existir uma norma-padrão. Porém, é criticada aqui a distância que se faz entre a norma-padrão, estabelecida há tantos anos no país, e a norma culta, realmente utilizada pela sociedade e que deveria ser postulada oficialmente como a norma-padrão brasileira. O fato de se postular um padrão e exigir que os falantes o sigam, em vez de estabelecer o padrão de acordo com o uso dos falantes, fez nascer no Brasil uma atitude amplamente normativista, que despreza outros dialetos e que considera erro tudo o que não está postulado em compêndios gramaticais. Tal fato também resultou na distância existente entre a norma culta (o padrão realmente utilizado por nossa sociedade) e a norma-padrão (ensinada nas escolas) (FARACO, 2002, p. 42-43). Essa diferença traz graves problemas no ensino que se torna algo artificial e sem credibilidade, pois aquele dialeto não condiz à realidade do país.

Concluimos que a norma-padrão, postulada pelas gramáticas e levada ao cume da credibilidade pela maioria dos professores, necessita de uma reforma, pois não espelha a norma culta, que é realmente utilizada pelas classes que dominam a escrita. Bagno (2001, p.176) também defende a reforma da norma-padrão:

O que defendo é, aparentemente, muito simples: a incorporação à *norma-padrão* de usos lingüísticos já comprovadamente consagrados na fala e na escrita da grande maioria dos falantes, inclusive os chamados *cultos*. Que esses usos sejam plenamente aceitos em todos os eventos de linguagem, em qualquer situação de interação, em todo o tipo de texto, do mais formal ao mais informal, nas atividades de oralidade e de letramento de todo e qualquer falante nativo da língua portuguesa no Brasil.

Também defendendo a reforma da norma-padrão, visando o fim das diferenças entre essa e a norma culta, Rodrigues (2002) propõe em seu texto um amplo processo de análise pelo território do país com o intuito de estabelecer qual ou quais são os verdadeiros padrões brasileiros – o que é muito semelhante ao intuito do projeto NURC. Faraco (2002, p. 59-60) argumenta que:

Só um debate público, amplo e irrestrito, poderá desencadear o processo de necessário redesenho do padrão e da cultura lingüística do país. Enquanto esse debate não ocorre, faríamos bem em, por exemplo, abolir as regras de colocação de pronomes, aceitar como padrão a variedade de regências de certos

verbos corriqueiras na norma culta (por exemplo: *assistir, aspirar, obedecer* como transitivos diretos), institucionalizar a concordância variável em construções com a palavra *se*, reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (*ele* como objeto direto; *lhe* com verbos transitivos diretos; *eu* com preposição *entre* etc.), aceitar – como fazem os portugueses – a chamada mistura pronominal, admitir a concordância verbal variável em orações com verbo à esquerda do sujeito, e assim por diante.

Flexibilizando o padrão na prática, poderemos, então, dirigir nossos esforços, no ensino e nas atividades cotidianas, para aquilo que de fato importa: o domínio das práticas socioculturais de leitura e de produção de textos.

Logo, cabe a nós, por enquanto, saber reconhecer aquilo que de fato é preciso para que o aluno tenha pleno domínio de sua língua, para que ele domine os processos de leitura e escrita e consiga, em pé de igualdade, reivindicar seus direitos, exercer seus deveres e participar ativamente da sociedade letrada. Para isso, é necessário um uso crítico dos compêndios gramaticais para sabermos extrair deles o que é preciso, deixando de lado o que não diz respeito à realidade e o que se constitui incoerente diante dos novos estudos da linguagem. Lembremos também que é necessário saber respeitar a variedade utilizada pelos alunos em situações informais, para que não alimentemos nem a inferioridade lingüística, nem a força da norma-padrão que deve ser vista apenas como mais uma das variedades existentes e que, em muitos aspectos, constitui-se apenas como uma variedade ideal e não real.

Referências bibliográficas:

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa:** tradição gramatical, mídia e exclusão social. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. cap. 9. p. 179-199.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?:** um convite à pesquisa. 5.ed. São Paulo: Parábola, 2004a.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico:** o que é, como se faz. 29.ed. São Paulo: Loyola, 2004b.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. cap.3. p. 37-61.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. cap. 4. p. 63-92.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. cap. 1. p.11-25.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2003.